

Je

Jornal do
Engenheiro

A São Paulo *projetada* para 2030

Plano diretor aprovado em junho define os rumos da Capital para os próximos 16 anos e tem como meta principal adensamentos ao longo dos corredores de transporte. Especialistas dividem-se quanto aos resultados que serão alcançados.

Páginas 4 e 5





CONSTRUIR UMA SÃO PAULO VIÁVEL

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

A aprovação do Plano Diretor é um dado extremamente positivo, mas deve ser vista como ponto de partida para se alcançar as condições de vida ideais para a população da Capital.

NO FINAL DO MÊS DE JUNHO, após longas e difíceis negociações e forte mobilização por parte do movimento de moradia, foi aprovado o Plano Diretor da Capital, que determina os rumos da cidade pelos próximos 16 anos. Como era de se prever, o resultado final do texto, embora tenha recebido votos favoráveis de ampla maioria na Câmara Municipal (44 contra oito e três abstenções), não é unanimidade entre especialistas, conforme demonstra reportagem publicada neste **Jornal do Engenheiro**.

Longe de representar problema grave em si, as polêmicas que permanecem em torno da chamada “Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo” remetem à necessidade de se continuar a debater a organização urbana, visando aprimoramentos. É extremamente positivo que tal discussão, que durou nove meses e mereceu 114 audiências públicas, torne-se permanente e cada vez mais participativa. Problemas graves de mobilidade, concentração das oportunidades de emprego, serviços e equipamentos públicos

nas áreas centrais e carência de moradia têm aproximado a cidade de 12 milhões de habitantes de uma situação caótica. É tarefa do poder público buscar soluções para esse quadro que torna extremamente difícil a vida no município, sobretudo para a população mais pobre, mas isso precisa ser feito de forma democrática, transparente e com a real contribuição dos cidadãos.

É urgente que saber técnico, poder político e vontade do povo estejam afinados para projetar uma capital viável para o futuro. Nessa equação, a Prefeitura, a Câmara Municipal e a sociedade civil organizada têm como tarefa importante garantir que seja assegurado o interesse público, que envolve o bem-estar da maioria da população e a preservação ambiental. *Lobbies* costumeiramente poderosos devem ser combatidos em nome do bem coletivo. Uma cidade bem planejada e voltada à qualidade de vida das pessoas não está necessariamente em contradição com oportunidades de negócios e iniciativas empreendedoras. É necessário apenas que esses se adequem ao modelo escolhido pela

cidadania e contribuam com ele, em vez de combatê-lo.

Temos muito ainda o que avançar. Além da infraestrutura física necessária, é preciso transformar a Capital numa cidade inteligente, que lance mão da tecnologia da informação para facilitar o cotidiano. Portanto, o Plano Diretor que passa a ser implementado agora deve ser utilizado como importante ferramenta de planejamento, mas também visto com ponto de partida, não de chegada, ao esforço de construir a metrópole que almejamos.

Copa 2014 – O projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), desde 2011 dedicou-se a acompanhar os preparativos à Copa 2014 e o legado que esses poderiam deixar às cidades-sede e ao País de um modo geral. Terminado o mundial, está em elaboração um balanço da sua realização, à luz do projeto, para ser apresentado pela entidade. O documento deve estar pronto neste mês de agosto, trazendo dados que consigam demonstrar os resultados obtidos.



JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Gid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Monique Alves. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotelito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1º a 15 de agosto de 2014. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

MEMBRO DA
ANATEC
PUBLICAÇÃO ESPECIALIZADA



Um grande livro, um livro grande

João Guilherme Vargas Netto

MENINOS, eu li “Le capital au XXIe Siècle”, de Thomas Piketty. Se fosse menos preguiçoso, prepararia uma condensação de, no máximo, 100 páginas na qual resumiria, mantendo o estilo despojado e fluente do autor, as quase mil páginas originais do texto, seus 97 gráficos e 18 tabelas e o que desse para aproveitar do infinito anexo técnico que está na internet.

O livro deveria chamar-se “A riqueza do mundo”, pois é disso que trata. Aqui no Brasil algo semelhante havia sido feito em 2004 na tese de doutorado de Marcelo Medeiros, premiada pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e que, aliás, não cita os trabalhos anteriores de Piketty sobre o tema.

“Le capital” (os ecos de Karl Marx são evidentes) faz um exaustivo levantamento da riqueza mundial nos séculos XIX, XX e XXI (embora despreze a experiência soviética de mais de 70 anos), salários altos e baixos, salários mínimos, rendas, capital, patrimônios, ações, propriedades imobiliárias, heranças, doações, impostos e paraísos fiscais ao longo do tempo. No decorrer do século XIX não existe inflação, e apenas em parte do século XX – com duas guerras mundiais, o socialismo soviético e o “Estado de bem-estar” – o crescimento econômico e populacional superou o crescimento da renda ($g > r$, na terminologia do autor). Durante a maior parte do tempo, $r > g$, principalmente no século XXI, em que a concentração de riqueza tem levado o mundo de volta à *Belle Époque* europeia e à *Gilded Age* norte-americana em termos de concentração de renda.

Apoiando-se em uma base de dados impressionante e com uma equipe eficiente (com ênfase nas histórias da França, Inglaterra, Alemanha, países escandinavos, Estados Unidos, China, Índia, Colômbia, Argentina e muitos outros, mas não o Brasil, por falta de dados), o livro dissecou a evolução patrimonial das várias sociedades analisadas e do mundo como um todo: ao longo dos séculos, os 50% mais pobres mantiveram-se estacionários em proporção da renda global, enquanto cresceu a “classe média patrimonial” dos 40% intermediá-

rios e explodiu a fatia dos 10% mais ricos e, sobretudo, do 1% dos biliardários (uma curva de sino em U com as extremidades altas nos séculos XIX e XXI).

Exemplifica as situações com fatos do dia a dia (massacre de mineiros na África do Sul e a crise cipriota, por exemplo) e com citações literárias que retratam as grandes teses (de Balzac, de Jane Austen e séries televisivas), embora não sistematize a bibliografia citada, aqui e ali, no texto.

Na última parte do livro, como socialdemocrata confesso, Piketty propõe, para enfrentar a concentração mundial de riqueza e para garantir a manutenção (ou a reconstrução) do “Estado social” (educação, saúde e aposentadorias), um imposto progressivo internacional sobre o capital (patrimônio, herança e renda).

Com a experiência de minha leitura, percebi que, em geral, os muitos comentaristas que escreveram sobre o livro – aqui e no resto do mundo – podem não tê-lo lido em sua integralidade e o repercutiram ideologicamente (contra ou a favor), desprezando a riqueza da documentação e a preocupação metodológica do autor.

O livro, que está sendo traduzido para o português, com edição prevista para logo, merece leitura atenta e anotada, mesmo que alguém ainda produza um “Pikettinho”.

João Guilherme Vargas Netto
é consultor sindical do SEESP

Serviço:

O capital no século XXI
Autor: Thomas Piketty
Tradução: Monica Baumgarten de Bolle
Editora: Intrínseca – 1ª Ed. – 2014
Idioma: Português, 768 páginas
Lançamento previsto:
1º de novembro de 2014



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

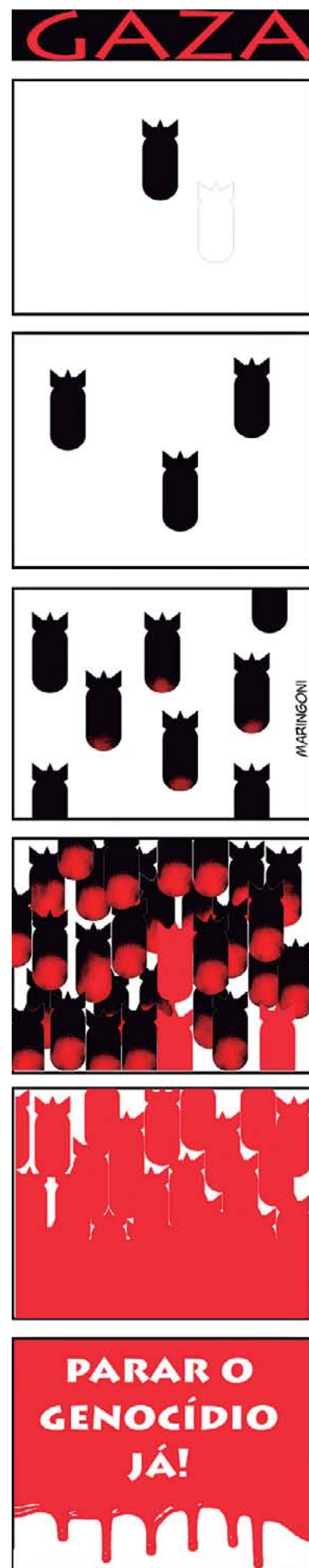
Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo “entidade de classe”. Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.





UM PLANO PARA SALVA

Deborah Moreira

O NOVO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO (PDE) de São Paulo mal foi aprovado e já suscita uma gama de debates sobre as estratégias adotadas pela gestão Fernando Haddad (PT) para solucionar os problemas enfrentados por uma cidade do porte da Capital paulista. Entre falhas e avanços apontados por especialistas ouvidos pelo **Jornal do Engenheiro**, há pelo menos uma certeza: a diretriz de promover o adensamento ao longo da malha de transporte coletivo existente está correta.

Mas é preciso levar em conta a capacidade de cada linha e preservar o meio ambiente. É necessário enfrentar o *lobby* da construção civil para atender a demanda social, sem afetar os ecossistemas.

Com 44 votos a favor, oito contra e três abstenções, o texto que institui a “Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo” foi aprovado em 30 de junho último, após nove meses e 114 audiências públicas com 25.658 participantes, o que resultou em 10.546 contribuições. Previsto para ser sancionado pelo prefeito em 31 de julho e a partir dessa data entrar em vigor, em linhas gerais, o PDE decreta o fim dos condomínios isolados. Com o adensamento próximo das linhas de transporte de massa, o objetivo é desestimular o uso do carro no cotidiano, reduzindo a distância ou tempo de deslocamento entre trabalho e casa, acabando com o incentivo à construção de muitas garagens. Para integrar o público e o privado, há a previsão de prédios residenciais com áreas térreas destinadas a pequenos estabelecimentos.

O plano, que fornece as diretrizes de uso e ocupação do solo para os próximos 16 anos, tem como objetivo estratégico o acomodamento urbano nas áreas “subutilizadas dotadas de infraestrutura e no entorno da rede de transporte coletivo de alta e média capacidades”. Nesse contexto, urbanistas como Cândido Malta Campos Filho vêm demonstrando preocupação com a maneira como se dará esse adensamento. Quando foi secretário de Planejamento do município, na gestão Olavo Setubal (1976 a 1981), esse professor emérito da Faculdade de Arquitetura e

O que é e para que serve o Plano Diretor Estratégico (PDE)?

É uma lei que organiza o crescimento e o funcionamento da cidade, orientando agentes públicos e privados. Define como o Estatuto da Cidade será aplicado em municípios com mais de 20 mil habitantes que fazem parte de regiões metropolitanas, sejam turísticos ou que possuam obras que coloquem o ambiente em risco ou interfiram na cidade, como aeroportos, rodovias ou hidrelétricas. O Plano Diretor deve ser revisto ou refeito a cada dez anos.

O que é o Estatuto da Cidade?

É uma lei federal (nº 10.257/2001) que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e define como deve ser

Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) se especializou no cálculo do transporte associado ao uso do solo. De acordo com Malta, é possível – e fundamental – estudar os efeitos da ocupação demográfica nos sistemas de transportes para evitar a superlotação de linhas e perda da qualidade de vida. “O planejamento que nós temos é só para atender a uma demanda já existente. Temos que fazer com que o setor imobiliário construa ao longo das novas linhas”, explica.

Ele aponta que “é um absurdo” adensar ao longo das linhas que já estão superlotadas, como algumas de ônibus da região leste que, somadas, atendem atualmente mais de 80 mil passageiros por hora. “Adensar nesses pontos vai agravar muito o problema, as pessoas vão ficar revoltadas. Esse aspecto do plano precisa ser revisto”, completa. Em 2008, Malta fez esses cálculos para o PDE vigente, a pedido da Secretaria de Transportes Urbanos. Agora, ele avalia que é preciso refazê-los para saber, com segurança, onde é mais adequado erguer novas construções.

Para o urbanista, é possível fazer essa revisão, a partir de uma tecnologia que, embora seja novidade para os brasileiros, no meio técnico-científico é bastante conhecida. Trata-se do *software* Tranus, que existe há 30 anos e faz cálculos simulando mudanças. Utilizado por países como Inglaterra, Portugal, Japão e Estados Unidos, ele garante que é uma alternativa confiável e acessível.

Interesse social

Um dos pontos mais comemorados do novo PDE foi a ampliação (de 17 km² para 35 km²) de áreas destinadas à construção de habitações populares, as chamadas Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), consolidando-as como instrumento de planejamento urbano e habitacional no município, reservando terrenos ou prédios vazios em locais onde já existe infraestrutura. “Tornar uma área Zeis não significa que será de fato destinada a tal. Também é importante que elas existam nas regiões centrais da cidade para evitar a segregação da população de baixa renda”, diz Josué

Urbanista aponta importância do uso do solo e transporte coletivo a partir de tecnologia confiável e acessível.

R SÃO PAULO DO *caos*

feita a política urbana em todo o País. Está garantida, por exemplo, a participação social a partir de audiências públicas e debates.

O que é Função Social?

É um dos princípios do Plano Diretor, exigido pelo Estatuto da Cidade, para atender as necessidades dos cidadãos quanto à “qualidade de vida, à justiça social, ao acesso universal aos direitos sociais e ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental, incluindo o direito à terra urbana, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, ao sossego e ao lazer”.

O que são Zeis?

As Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) são áreas da cidade destinadas

pelo Plano Diretor para abrigar moradia popular. A primeira experiência de Zeis surgiu no Recife (PE), na década de 1980, fruto da luta dos assentamentos irregulares para estabelecer o direito constitucional à moradia digna. No PDE de São Paulo, foram mais bem definidas, divididas em cinco categorias, e ampliadas. É importante que existam Zeis na região central, equipadas e providas de infraestrutura, para evitar a segregação social e ocupar a cidade de forma mais equilibrada.

Para saber mais, acesse <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/entenda-o-projeto-de-lei-68813/>
Leia entrevista completa com Cândido Malta em <http://zip.net/bnn8vL>.

Rocha, da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), cuja pressão foi fundamental para a aprovação do PDE. Com um barulho ensurdecido, durante oito dias, centenas de sem-tetos se revezaram em um acampamento montado em frente à Câmara Municipal para exigir a votação do plano com as reivindicações do movimento. “Por envolver a construção civil, sofreu grande influência desse setor. Então, a pressão popular foi determinante”, lembra Rocha, que comemora a inclusão da ocupação Copa do Povo, na Zona Leste, como Zeis, que atenderá cerca de 2 mil famílias. Outra mudança comemorada pelo militante é a destinação de 60% das Zeis a famílias com renda até três salários mínimos.

Não obstante, ele critica a chamada Cota de Solidariedade, que inicialmente estipulava às construtoras que 10% de um empreendimento deveriam ser destinados à habitação popular. O lobby das empreiteiras reverteu o texto, criando um mecanismo que possibilitará que a

cota seja paga em valores, convertidos em um fundo público municipal. A ausência de um instrumento que regule os preços cobrados no mercado imobiliário e da construção civil é outra queixa feita pelo movimento, que prejudica diretamente a população de baixa renda. Para conter a especulação, que dobrou o valor dos imóveis nos últimos cinco anos, Malta sugere incluir no Plano Diretor o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) Progressivo no Tempo sobre os vazios urbanos e áreas subutilizadas – previsto pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade.

Ambiente

Algumas das Zeis estão definidas em Área de Proteção e Recuperação aos Mananciais (APRM) do Guarapiranga e Billings, do tipo 4. O PDE prevê “recuperação urbana e ambiental” para atender famílias residentes em áreas de risco e de proteção permanente, atendendo à legislação estadual, colocando em prática, por exemplo, o programa de recu-

peração e preservação de mananciais. Também fica estabelecida a revisão no Plano Municipal de Habitação vigente, com base em processos participativos, no prazo de até 12 meses, contados do início da vigência do PDE, com revisões a cada quatro anos.

Cyra Malta, do Forum Suprapartidário por uma São Paulo Saudável e Sustentável, da Câmara Municipal, lembra que do ponto de vista socioambiental, o plano avançou por conta da participação nas audiências, como quanto à reconstituição da zona rural e à conservação das áreas de manancial, dando condição para que haja desenvolvimento com preservação: “É preciso acompanhar como o município vai reconstituir essas áreas em que, para a sociedade civil, deve haver atividade agroecológica e turismo ecológico, por exemplo.”

O urbanista Cândido Malta discorda. “Sabemos que a poluição difusa produzida pelo tráfego se acumula no fundo das represas e que, combinada com a erosão causada pelas construções, reduz a capacidade do suporte dos reservatórios, tanto da Billings quanto da Guarapiranga, o que afetará o abastecimento de água de 4 milhões de habitantes. É um absurdo o plano diretor não considerar todos esses fatores e querer adensar ainda mais”, critica Malta, que lamenta que o plano aprovado só contemple parte do uso do solo. “São quatro planos básicos que, conjugados e interrelacionados, compõem um plano diretor. Faltam planos de mobilidade, saneamento e habitação.”

Questionada, a Prefeitura justifica o aumento de 23% das Zeis em APRM para acomodar as famílias de áreas de risco em mananciais.

A pressão do movimento de moradia para a aprovação do Plano Diretor foi fundamental. Participação social também foi constatada nas audiências públicas.





Evitar reformas incorretas nas edificações

Rosângela Ribeiro Gil

DESDE 18 DE ABRIL ÚLTIMO, está em vigor norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), NBR 16280:2014, que apresenta regras e diretrizes acerca da execução de reformas em edificações, nas áreas privativas e comuns, desde o projeto até a conclusão da obra. Segundo o Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (Secovi-SP), o objetivo da regra é trazer segurança, cabendo ao síndico, responsável legal pelo condomínio, assegurar seu cumprimento.

O sindicato, como informa Jerônimo Cabral Pereira Fagundes Neto, diretor do Departamento de Engenharia de Produção do Instituto de Engenharia (IE) e secretário da Comissão de Normas da ABNT, apresentou um texto base sobre o tema. “O objetivo é acabar com a informalidade das obras em edificações, porque todo mundo acha que tem o espírito do construtor”, critica Fagundes, acrescentando que a queda de um prédio se dá quando há uma série de ações incorretas.

A norma técnica foi publicada pouco mais de dois anos após o desabamento do edifício Liberdade, de 20 andares, e de outros dois, no centro do Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 2012. Consequência de reformas irregulares, o acidente culminou na morte de mais de 20 pessoas. “Foi o estopim para pensarmos nesse novo regramento”, justifica Fagundes. Para o engenheiro civil e gerente operacional da Superintendência de Fiscalização do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP), Ademir Alves do Amaral, a norma reforça a política de fiscalização do órgão e orienta a sociedade sobre a necessidade de um profissional habilitado nas reformas e ampliações de imóveis. Além disso, enfatiza que não é a ausência de legislação que leva a ocorrências, lembrando a Lei 5.194/66 que regula o exercício da profissão de engenheiro e arquiteto, mas a falta de conscientização dos riscos e perigos que intervenções sem projeto específico podem causar.

A observação é reforçada pelo diretor da Delegacia Sindical do SEESP na Baixada Santista, Cyro Raphael Monteiro da Silva, para quem tudo o que a norma determina está

contemplado na legislação de 1966. Ele dispara: “O que está ocorrendo em todo o País é o exercício ilegal da profissão, fato que precisa ser fiscalizado e devidamente coibido pelo Sistema Confea/Creas (*Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agronomia*).” Para endossar seu questionamento, Silva cita problemas envolvendo não reformas, mas construção, como os casos do viaduto de Belo Horizonte (MG) – cuja queda de uma das alças, em 3 de julho, causou duas mortes e 23 feridos – e, mais recentemente, no dia 20, o desabamento de um prédio de quatro andares, em Aracaju (SE), que matou um bebê de 11 meses e feriu mais três pessoas. Além disso, obra incorreta de ampliação em um edifício na Zona Leste de São Paulo causou sua queda em agosto de 2013, vitimando fatalmente dez pessoas. Apesar das observações, Silva não tira o mérito da regra, mas defende que ela venha acompanhada da conscientização de profissionais e proprietários de imóveis.

Requisitos gerais

Na introdução à regra, a ABNT aponta que o tema “reforma de edificações” assumiu relevância na sociedade brasileira com o crescimento das cidades e urbanização de novas regiões. Por isso, defende, “passa a ser atividade a ser disciplinada na sua forma de

gestão”. Com sete itens e dois anexos (Modelo orientativo para realização de obras de reforma em edificações e Modelo de fluxo de gestão de obra), a NBR 16280 tem como requisito geral a apresentação de um plano de reforma a ser elaborado por profissional habilitado, cumprindo várias condições. Entre elas: atendimento às legislações vigentes e normas técnicas pertinentes para realização das obras, estudo que garanta a segurança do imóvel e dos usuários, cronograma de reforma, planejamento de descarte de resíduos e identificação de uso de material tóxico. Todo esse planejamento deverá ser entregue ao síndico. Todavia, a autorização ou não para uma obra deverá vir acompanhada de uma análise técnica e profissional. “O síndico deve dar a sua palavra de forma justificada”, salienta Fagundes.

O diretor do IE informa, ainda, que estão fora desse regramento da ABNT serviços de manutenção, como pinturas, por exemplo. “A norma deverá inibir a ‘cultura’ do ‘sou dono desse imóvel e vou fazer o que quiser’. Atitude que pode causar, como estamos vendo, prejuízo humano e material.” O síndico deverá arquivar a documentação oriunda de qualquer tipo de reforma, incluindo o termo de conclusão da obra, emitido pelo executante. “Com isso, um histórico dessas intervenções será criado.”

Norma da ABNT quer impedir a informalidade e inadequações em edificações, nas áreas privativas e comuns.



Obra incorreta de ampliação causou desabamento de prédio e morte de dez pessoas, na Zona Leste de São Paulo, em agosto de 2013.

Novidades

Assessoria contábil em São Caetano

A Fiscoplan oferece serviços de auditoria e assessoria contábil para pessoa física e jurídica. Fica na Rua Marina, 1.228, sala 3, Boa Vista. Mais informações pelo telefone (11) 4421-3203 e *e-mail* fercontab@globo.com. Desconto de 10%.

Copiadora em Santo André

Plotagem de projetos CAD-PDF-DWG, cópias coloridas e P&B, digitalização, encadernações, confecção de apostilas e outros serviços da Labor Copiadora podem ser solicitados pelos associados ao SEESP. Funciona na Rua Gertrudes de Lima, 466, no Centro. Mais informações pelos telefones (11) 4438-3066 e 4992-9441, *e-mail* laborcopias@uol.com.br e no *site* www.laborcopiadora.com.br. Desconto de 10%.

Ótica em Presidente Prudente

Os associados contam com serviços da Ótica Especializada, na Rua Tenente Nicolau Maffei, 351 (calçadão), no Centro. Mais informações pelo telefone (18) 3223-2453. Descontos de 20% (nos pagamentos a vista) e 10% (a prazo).

Academia em Taubaté

Musculação, ginástica e artes marciais na Academia Fênix. Avenida Monsenhor Antônio Nascimento Castro, 281, Vila São José, em Taubaté (SP). Mais informações pelo telefone (12) 3624-6947. Desconto de 12%.

Cursos em Santos

Faça já sua inscrição para um dos cursos de pós-graduação *lato sensu* na Universidade Santa Cecília (Unisanta). Destacam-se os de engenharia de petróleo e gás natural, de produção e de segurança do trabalho, além de gerenciamento de projetos e outros disponíveis no *site* www.unisanta.br. Rua Oswaldo Cruz, 277, Boqueirão, em Santos (SP). Mais informações pelos telefones (13) 3202-7114 e 3202-7100. Descontos especiais na matrícula e nas mensalidades.

Laboratório de análises clínicas

A Unilab dispõe de duas unidades para atendimento dos associados ao SEESP na cidade de Presidente Prudente. Avenida Washington Luiz, 1.465, telefone (18) 3226-0911, e Rua Ribeiro de Barros, 1.786, telefone (18) 3221-2411. Preço conforme tabela própria.

Ensino de inglês

Curso intensivo do idioma e de curta duração no Qualify Centro Educacional. Avenida Dom Pedro II, 630, Jardim, Santo André. Mais informações pelo telefone (11) 4994-7117, *e-mail* contato@inglesqualify.com.br e no *site* www.inglesqualify.com.br. Descontos de 10% e 15%.

Pós-graduação em São Paulo

Estão abertas as inscrições aos cursos de pós-graduação *lato sensu* da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FespSP), em “Ciência política”, “Estudos brasileiros”, “Gestão da informação digital”, “Globalização e cultura”, “Mídia, política e sociedade”, “Sociopsicologia” e outros. Mais informações pelos telefones (11) 3123-7800, 0800-7777800 e no *site* www.fespsp.org.br. Bolsa parcial de 15%; 20% aos ex-alunos.

Graduação em Jacaré

Cursos de engenharia da computação, engenharia de controle e automação e outros estão ao seu alcance na Faculdade de Tecnologia São Francisco (Fatesf). Avenida Siqueira Campos, 1.174, Jardim Esper, em Jacaré (SP). Mais informações pelo telefone (12) 3955-3380, *e-mail* fatesf@fatesf.edu.br e no *site* www.fatesf.edu.br. Desconto de 10% nas mensalidades.

Em Santo André, faculdade e colégio

Instituição de ensino que oferece ensino fundamental, médio, técnico e superior, o Pentágono localiza-se na Rua Coronel Fernando Prestes, 326, no Centro de Santo André (SP). Mais informações pelo telefone (11) 4437-5577, *e-mail* estágios@colegiopentagono.com.br e no *site* www.pentagonoedu.com.br. Desconto de 30%.

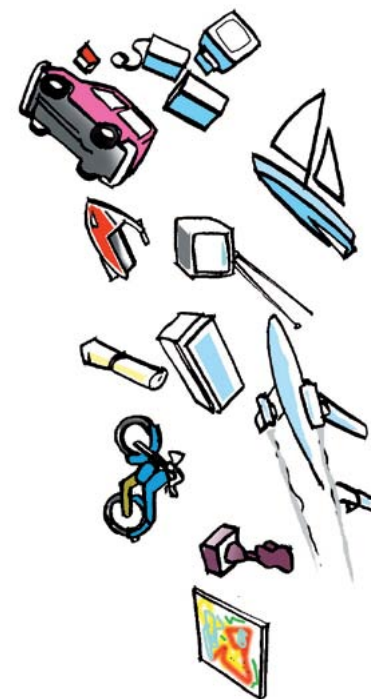
Convênios

Educação

- Centro Britânico – Cursos de inglês e espanhol. Avenida Torquato da Silva Leitão, 308, São Dimas, em Piracicaba (SP). Informações pelo telefone (19) 3422-8760 e no *site* www.centrobritanico.com.br. Desconto de 15%.
- Microlins – Cursos de informática, de AutoCad 2D e 3D e mais de 40 profissionalizantes. Avenida 2, 460, no Centro de Rio Claro (SP). Informações pelo telefone (19) 3533-6020, *e-mail* rioclaro@microlins.com.br e no *site* www.microlins.com.br. Desconto em média de 35%.
- S&T Cursos – “NBR 12.721/2006 na incorporação imobiliária e condomínio edilício” será o curso realizado na Capital, de 12 a 14 de dezembro, em local a ser definido, das 9h às 13h e das 14h30 às 18h30 (com 15 minutos de intervalo em cada etapa). Mais informações pelos telefones (31) 3261-1565, 3284-8488 e 8419-3115, *e-mail* set@setcursos.com.br e no *site* www.setcursos.com.br. Desconto de 15%. Vagas limitadas.

Saúde

- Clínica Plástica Zanasi – Cirurgia plástica e reparadora. Rua Londrina, 470, conjunto 22, Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo (SP). Informações pelos telefones (11) 4317-3000/7000 e no *site* www.plasticazanasi.com.br. Descontos de 50% na consulta e 20% nos procedimentos cirúrgicos.
- Nutricionista - Ana Paula Souza Porto de Oliveira Alves faz avaliação nutricional e planejamento alimentar. Rua Turiassu, 143 e 145, conjunto 11, Perdizes, na Capital. Informações pelos telefones (11) 2892-2030, 99174-2801 e no *site* www.portonutri.com.br. Desconto de 15%.



Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado. Consulte relação completa no *site*

www.seesp.org.br



Engenheiros discutem propostas com candidatos

Com a primeira atividade da série marcada para 30 de julho, com a presença do candidato ao Senado pelo PSDB José Serra, o ciclo de debates “A engenharia, o Estado e o País” é organizado desde 1998 pelo SEESP. A se encerrar em setembro próximo, de acordo com a legislação eleitoral, neste ano, receberá os candidatos aos cargos majoritários – senador, governador e presidente – às próximas eleições estaduais e nacionais. “Como tradicionalmente acontece, vamos receber, em datas alternadas, os candidatos de todos os partidos e/ou coligações para que falem sobre seus programas de governo e recebam sugestões da nossa categoria, que muito tem a contribuir para a solução dos proble-

mas urbanos e sociais”, explica o presidente do sindicato, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

Estava ainda programada para 31 de julho a vinda do candidato ao Senado pelo PV Carlos Alberto Santos (Kaká). Além disso, dois outros debates estão agendados para agosto: nos dias 8 e 15, respectivamente com os candidatos ao Governo paulista pela Frente de Esquerda PSOL-PSTU, Gilberto Maringoni, e pelo PV, Gilberto Natalini. As atividades são abertas ao público e acontecem sempre na sede do SEESP, na Rua Genebra, 25, Bela Vista, São Paulo. O ciclo “A engenharia, o Estado e o País” também será transmitido pela internet (<http://goo.gl/84bHc3>).



Campanhas salariais têm acordos fechados

Elektro – Em assembleia no dia 26 de julho, a categoria aprovou a contraproposta da empresa para assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho de 2014. O reajuste salarial será de 7%, correspondente ao Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) acumulado de 1º de junho de 2013 a 31 de maio de 2014, que foi de 5,36% mais aumento real de 1,56%. Entre outras conquistas, o acordo prevê, ainda, 7,5% de reajuste sobre os vales alimentação e refeição,

além de 8% sobre a cesta básica, com redução respectivamente de 1,5% e de 2% na participação dos empregados nesses benefícios.

SPTrans – Os engenheiros que atuam na companhia aprovaram em assembleia, no dia 21 de julho, proposta final da empresa para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2014. Entre outros itens, será aplicado o reajuste de 8% aos salários, extensível aos benefícios de caráter econômico, à exceção dos auxílios alimentação e refeição, que serão reajustados em 11%.

De *casa nova*, Rio Claro empossa diretoria

Em 18 de julho, a Delegacia Sindical do SEESP na cidade abriu as portas de sua nova sede com a posse da diretoria da entidade. “Nossa delegacia está à disposição, a casa é nossa, para ser usada por todos”, declarou Francesco Rotolo, presidente empossado da delegacia. A nova sede, que passou por ampla reforma após a aquisição, fica na Rua Dois, 2.727, na Vila Operária.

O evento foi prestigiado por autoridades como a vice-prefeita de Rio Claro, Olga Salomão (PT), também secretária de Planejamento; Sérgio Guilherme, secretário de Manutenção e Paisagismo; e o vereador José Júlio Lopes de Abreu (PP), o Julinho Lopes. Compareceram ainda representantes das demais secretarias e do deputado estadual Aldo Demarchi (DEM).

O presidente do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro, presente à cerimônia, saudou a atuação da diretoria



Descerramento da placa de inauguração da sede própria do SEESP em Rio Claro, durante posse da nova diretoria da entidade na cidade.

regional e lembrou o avanço representado pela conquistas de sedes próprias no Interior: “Integra o processo de crescimento e fortalecimento da entidade, que hoje representa cerca de 200 mil engenheiros em São Paulo e tem mais de 50 mil associados, contando com 25 delegacias sindicais, sendo 15 com sedes próprias.” E continuou: “Precisamos ter o sindicato com raízes fincadas em cada região do Estado para melhor atender e representar os engenheiros.”

Pinheiro também enfatizou que as parcerias com outras en-

tidades têm contribuído para o fortalecimento da entidade. Ele citou o trabalho conjunto com a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), dando como exemplo a adesão do SEESP ao projeto “Cresce Brasil”, que acaba de produzir um novo documento, intitulado “Novos desafios”. A publicação será entregue a todos os candidatos a governador, senador e presidente como forma de contribuir com o seu programa de governo.

Cteep – O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2014/2015 foi assinado em 23 de julho, na sede do SEESP, em São

Paulo. Destacam-se, entre outros itens, reajuste salarial de 7%, correspondente ao Índice de Preços ao Consumi-

dor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) acumulado de 1º de junho de 2013 a 31 de maio de 2014, que foi de 5,36% mais aumento real de 1,56%, extensível aos demais benefícios, à exceção dos vales refeição, alimentação e cesta básica, majorados em 8,5%. Os pagamentos dos salários com os reajustes e as diferenças retroativas a 1º de junho último, data-base da categoria, serão feitos na folha de pagamento deste mês.



Assinatura do acordo coletivo de trabalho do SEESP com a Cteep.